# Estudante de escola pública do interior vence I Concurso de Redação da Escola Judiciária




**A juíza Ana Tereza Basílio entrega o certificado para o vencedor do concurso de redação, o estudante João Marcos Seixas**

Com o propósito de estimular o pensamento crítico e a participação política dos futuros eleitores, a Escola Judiciária do Rio de Janeiro (EJE), por iniciativa de sua presidente, Ana Tereza Basílio, e com o apoio do presidente do TRE-RJ, desembargador Luiz Zveiter, promoveu o I Concurso de Redação da EJE. O concurso, realizado entre os meses de maio e agosto de 2012, propôs o tema “A política e a vida de todos nós” e ofereceu um computador portátil como prêmio ao primeiro colocado. Prêmio esse que foi dado a João Marcos Gomes Seixas, aluno do 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Augusto Vaz em Vassouras. A redação do estudante chamou atenção da banca julgadora, formada unicamente por magistrados. Com o título “A política nossa de cada dia”, o texto trazia uma dura crítica ao modus operandi do que reza o senso comum sobre a política nacional. Nas palavras da vice-presidente do TRE-RJ, desembargadora Letícia Sardas, “João é um jovem com ideias de gente grande”.

Filho único de uma família simples do interior do Estado, João, de 15 anos, demonstra interesses pouco comuns entre meninos de sua idade, e política é um deles. O jovem não esconde a empolgação quando o assunto são as eleições: “Quero logo fazer 16 anos e poder votar, deve ser bom participar como eleitor”, afirma. Em casa, com a família, ou na escola, com os colegas, é comum a discussão política vir à tona. “É um assunto que está em todas as nossas ações. Meus pais conversam comigo, seja na hora do jantar ou assistindo aos jornais. Na escola também discutimos em grupo”, garante.

Estudante de escola pública, o menino acredita que o computador portátil que recebeu como prêmio vai fazer diferença nos estudos. “Não há como ficar sem um computador e internet. Agora terei todas as informações do mundo à minha disposição, estou muito feliz com isso”, diz. Estimulado com a conquista, João afirma que vai incentivar os colegas

de escola a participarem de outros concursos: “Além de poder falar o que pensamos, ainda temos a chance de ganhar prêmios: quer melhor?” comemora.

O concurso de redação da Escola Judiciária, destinado a alunos dos ensinos fundamental e médio de todo o Estado, teve 226 redações inscritas. A cerimônia de premiação, realizada no dia 19 de julho no plenário do Tribunal, contou com a presença da vice-presidente do TRE-RJ, desembargadora Letícia Sardas; da presidente da Escola Judiciária, Ana Tereza Basílio; e da desembargadora federal Liliane Roriz, que entregou uma menção honrosa a Severino Rivaldo da Silva, de 85 anos, aluno do Centro Integrado de Educação Pública Paulo Leminsky, de Saquarema. “A honraria é uma forma de reconhecer o exemplo dado pelo senhor Severino, que mostrou que o limite para a busca por conhecimento é a vontade de cada um”, disse Ana Basílio.



**A desembargadora Liliane Roriz homenageia o estudante Severino da Silva**



**No plenário, a vice-presidente do TRE-RJ, desembargadora Letícia Sardas, lê a redação vencedora do concurso, acompanhada pelo procurador regional eleitoral, Dr. Maurício Ribeiro, a desembargadora federal Liliana Roriz e a juíza Ana Tereza Basílio**



**O vencedor do concurso, João Marcos Seixas, é aplaudido pela platéia que lotou o plenário do TRE-RJ**

# Escola Judiciária organiza palestra sobre Justiça Eleitoral




**O desembargador federal André Fontes, o juiz Ricardo Coimbra e a juíza Ana Tereza Basílio**




**O juiz Luciano Barreto, o juiz Ricardo Coimbra e o procurador regional eleitoral, Maurício Ribeiro**

A Justiça Eleitoral foi tema de duas palestras durante o curso de formação para juízes da magistratura estadual. Organizadas pela Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro (EJE-RJ), as palestras ocorreram nos dias 31 de julho e 1º de agosto. O encontro reuniu membros do Plenário do TRE-RJ, desembargadores e juízes eleitorais que abordaram temas como “Registro de Candidatura”; “Impugnações”; “Direito processual Penal Eleitoral”, entre outros, além de compartilhar experiências de trabalho com os novos magistrados.

A diretora da EJE-RJ e juíza membro do TRE-RJ, Ana Tereza Basílio, foi a mediadora do encontro. Na abertura do ciclo de palestras, ela lembrou a importância do tema, em virtude do constante aperfeiçoamento pelo qual passa a legislação eleitoral e, em especial, pela singularidade das eleições municipais deste ano, as primeiras sob a vigência da LC 135, a lei da Ficha Limpa.

No dia 31, o tema inicialmente discutido foi “Introdução ao Direito Eleitoral”, apresentado pelo desembargador federal André Fontes. Em seguida, o procurador regional eleitoral Maurício Ribeiro abordou os “Temas Fundamentais e o Processo das Eleições”. Por fim, o magistrado Luciano Silva Barreto falou sobre “Direito Penal Eleitoral e Direito Processual Penal Eleitoral”.

Na manhã seguinte, o segundo e último dia de palestras começou com o corregedor regional eleitoral, juiz Antônio Augusto de Toledo Gaspar, que abordou “Ilícitos, Ações e Procedimentos Eleitorais”. Citando casos concretos, o corregedor esclareceu pormenores do assunto e alertou para o papel dos magistrados. “Nós, juízes eleitorais, precisamos estar à frente do processo e dar garantias à população de que a eleição vai correr em ordem”, concluiu.




**O corregedor regional eleitoral, juiz Antônio Augusto Gaspar, a juíza Regina Helena Fabregas, a juíza Admara Falante e a juíza Márcia Cunha de Carvalho**

Outras duas juízas eleitorais encerraram o encontro. A juíza Márcia Cunha de Carvalho falou sobre “Registro de Candidaturas e Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura”, seguida da juíza Admara Falante, cuja palestra abordou a “Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo e Recurso contra Expedição do Diploma”.

# TRE-RJ promove seminário para discutir eleições

Entre os dias 11 de maio e 2 de julho, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) promoveu o 1º Seminário de Direito Eleitoral, com o objetivo de discutir temas importantes para as eleições deste ano e debater as diretrizes da Justiça Eleitoral fluminense para o pleito municipal. Iniciativa do presidente do Tribunal, desembargador Luiz Zveiter, o evento, realizado no auditório da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), contou com a participação da presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, e reuniu, em três encontros, os 249 juízes eleitorais do Estado. "Nós, juízes eleitorais, devemos ser pró-ativos. Isso vai inibir aqueles que estão acostumados a desrespeitar a lei", afirmou o presidente na abertura do seminário. Em seu discurso, o desembargador esclareceu o posicionamento do Tribunal com relação à propaganda e à fiscalização nas redes sociais e comentou, ainda, a estratégia traçada junto à Secretaria de Segurança para a realização de operações com o auxílio de efetivo policial.




**O presidente do TRE-RJ, desembargador Luiz Zveiter, abriu o seminário ao lado da presidente do TSE, desembargadora Carmem Lúcia**

O ciclo de palestras teve início com a diretora-geral do TRE do Rio Grande do Norte, Lígia Regina Carlos Limeira, que falou sobre "prestação de contas". A magistrada ilustrou a questão através de casos concretos que aconteceram em seu Estado e lembrou: "Nós temos muito trabalho ao tratar esta matéria, é preciso muita dedicação e paciência". Em seguida, o promotor de justiça Rodrigo Molinaro Zacharias abordou o tema "propaganda eleitoral". O juiz usou fotos de casos que implicavam irregularidades para ilustrar o tema, e fez um alerta: "Precisamos ser rigorosos no cumprimento da lei, afim de evitarmos abusos por parte dos candidatos".

O segundo encontro, realizado na manhã do dia 25 de maio, foi aberto com a palestra do corregedor regional eleitoral, Antônio Augusto de Toledo Gaspar, que falou sobre inelegibilidades. "Na esfera eleitoral, temos vários meios para propor a inelegibilidade: a Ação de Impugnação do Registro de Candidaturas, as Representações com base na Lei 9.504, a Ação de Investigação Judicial Eleitoral, a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo e o Recurso Contra a Expedição do Di-



**Juízes eleitorais e chefes de cartório de todo o Estado lotaram o auditório da Emerj**

ploma", esclareceu o corregedor. Em seguida, as representações previstas na Lei 9.504 foram abordadas pelo ex-ministro do TSE José Eduardo Rangel de Alckmin, que destacou a complexidade do tema e a importância do encontro. "A jurisprudência eleitoral está em constante mutação, por isso é muito bom haver esse período aberto ao debate". Vice-diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TSE, o advogado Walber de Moura Agra apresentou a última palestra do dia, que teve como temas a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo e a Ação de Investigação Judicial Eleitoral. "Essas duas ações são muito interessantes, pois permitem a impugnação de determinados desmandos em determinados casos", observou.

O último dia do seminário aconteceu em 2 de julho e contou com a presença da presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármen Lúcia, que abriu o evento discursando aos juízes, promotores e chefes de cartório presentes. "Nestas eleições, temos que aplicar com rigor a Lei da Ficha Limpa, esta é a conduta que a sociedade brasileira espera da Justiça Eleitoral", ressaltou a ministra. Logo após, o juiz Arthur Narciso de Oliveira Neto apresentou a palestra "Voto Eletrônico – Tecnologia a Serviço da Cidadania", em que falou sobre a evolução das tecnologias utilizadas na seara eleitoral. Em seguida, o juiz Ricardo Alberto Pereira abordou o tema "Recursos nos Processos Eleitorais", e, por fim, o juiz responsável pelo registro de candidaturas na capital, Murilo André Kieling Cardona, "Alistamento Eleitoral: Sistema Biométrico Como Forma de Identificação do Eleitor" encerrando o 1º Seminário de Direito Eleitoral.

**Compuseram a mesa (da dir. para esq.) o secretário geral do TSE, juiz Carlos Henrique Braga, a vice-presidente do TRE-RJ, des. Letícia Sardas, o presidente do TRE-RJ, des. Luiz Zveiter, a presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, o presidente do TJRJ , des. Manoel Alberto Rebêlo, a presidente da Emerj, des. Leila Mariano, o procurador geral de justiça, Claudio Lopes e o procurador regional eleitoral, Maurício Ribeiro**



# TRE Vai à Escola na segunda fase do Prêmio Innovare

Inscrito para a  Prêmio Innovare de 2012, na categoria Tribunal, o Projeto TRE Vai à Escola foi selecionado para a segunda e última etapa do concurso, cujo resultado será divulgado em dezembro. “O projeto está em conformidade com um dos temas propostos este ano, que é Desenvolvimento e Cidadania”, justificou Marcela Barbosa, consultora a serviço do Instituto Innovare, que foi conferir de perto o funcionamento do projeto. Ela assistiu à ação educativa realizada, em primeiro de agosto último, no Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral, em Copacabana, quando o juiz Octávio Chagas de Araújo Teixeira, titular da 158ª ZE de Nova Iguaçu, proferiu palestra para cerca de 80 alunos do ensino médio.

“Concorrer ao Prêmio Innovare representa uma grande oportunidade de divulgação do TRE Vai à Escola. O projeto é uma iniciativa pioneira, que tem revelado resultados significativos entre os jovens estudantes. Quem sabe pode ser replicado por outros TREs”, observou a juíza Ana Tereza Basílio, diretora da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RJ, idealizadora do projeto, que reflete a preocupação do desembargador Luiz Zveiter, presidente do Tribunal, com ações de cidadania e a participação dos jovens no processo eleitoral.

A diretora da EJE lembrou que as ações do TRE Vai à Escola têm promovido a aproximação entre a Justiça Eleitoral e os futuros eleitores. “Se o Innovare contribuir para a divulgação desse canal de comunicação entre a população jovem e a Justiça Eleitoral, prestará grande auxilio a futuros eleitores”, observou. Desde que foi criado, em maio de





**O juiz Octávio Chagas de Araújo Teixeira fala para cerca de 80 alunos do ensino médio**

2011, até o final de julho deste ano, o projeto já contabilizou 29 ações, englobando estabelecimentos de ensino públicos e privados, em todo o Estado do Rio de Janeiro. No primeiro ano, seis eventos ocorreram no interior e cinco na capital, envolvendo um total de 1480 alunos. Nos sete primeiros meses de 2012, foram realizadas 10 palestras na capital e oito no interior, para nada menos que 1740 estudantes.

**“Concorrer ao Prêmio Innovare representa uma grande oportunidade de divulgação do TRE Vai à Escola. O projeto é uma iniciativa pioneira que tem revelado resultados significativos entre os jovens estudantes. Quem sabe pode ser replicado por outros TREs”**

O TRE Vai à Escola atendeu a meta 4 de 2011 do CNJ para o Poder Judiciário, de implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos. Associado ao Programa TRE Cidadão e listado no Plano Estratégico 2010–2014 do TRE-RJ, o projeto têm abordado, por meio de palestras apresentadas por juízes eleitorais do Estado do Rio de Janeiro, temas como as atribuições da Justiça Eleitoral, o significado e as conseqüências do voto, o exercício livre e consciente da cidadania e a democracia. As ações incluem, ainda, a instalação de urnas eletrônicas nos locais do evento, para manuseio pelos alunos.

No formulário de inscrição do Prêmio Innovare, a diretora da EJE justifica o sucesso do TRE Vai à Escola, nos seguintes termos: “Os estudantes alcançados pelo projeto são instados a refletir sobre a participação política e, em decorrência disso, muitos procuram a Justiça Eleitoral para se alistarem como eleitores, ainda que em idade inferior a 18 anos, contribuindo para o alcance do objetivo de promoção da cidadania”.

O Prêmio Innovare tem por objetivo identificar, premiar e disseminar práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados de todo o país, que contribuam para a qualidade da prestação jurisdicional e a modernização da Justiça brasileira. O prêmio é conferido nas categorias Juiz, Advocacia, Tribunal, Ministério Público e Defensoria Pública, além de Prêmio Especial. A premiação para o vencedor de cada categoria é de R$ 50 mil – com exceção da categoria Tribunal, que não recebe prêmio em dinheiro, além de um troféu. Também são entregues placas de homenagem.

Em sua nona edição, o Innovare conta em 2012 com mais de 400 iniciativas válidas inscritas, e as avaliações visam a aferir o poder de replicabilidade de cada ação para as demais regiões do país. Todas as avaliações são entregues à comissão julgadora do prêmio, formada por 27 membros renomados da justiça brasileira. Os vencedores serão conhecidos em dezembro.